



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DRAP Algarve  
Direcção Regional  
de Agricultura e Pescas  
do Algarve

*Divisão de Pescas e Aquicultura*



# ***Guia Prático do Utente***

**Dorilo Seruca  
2012**

<i>Índice</i>	
INTRODUÇÃO	3
CAPÍTULO 1 - PESCA PROFISSIONAL - O que devo fazer ?	4
1 - Aquisição de embarcação	4
2 - Licença inicial de pesca	4
3 - Renovação de licenças	4
4 - Substituição por nova construção	4
5 - Substituição por uma unidade de recreio	4
6 - Motorização	5
7 - Modificação de uma embarcação	5
8 - Transferência de registo	5
9 - Mudança de actividade	5
10 - Troca de artes	5
11 - Transferência de artes para outra embarcação	6
12 - Participação no Acordo Fronteiriço do Guadiana	6
CAPÍTULO 2 - AQUICULTURA - O que devo fazer ?	6
2.1. Apanha de animais marinhos e pesca apeada	6
1 - Aquisição de licença inicial	6
2 - Renovação de licenças	6
3 - Venda fora de lota	6
4 - Captura de juvenis selvagens	6
5 - Captura de percebes e pesca comercial na área do PNSACV	6
6 - Licença de pesca apeada ( anzol ) no PNSACV	7
7 - Renovação de licenças na área do PNSACV	7
2.2. Transmissão de licenças de exploração.	7
CAPÍTULO 3 - PESCA LÚDICA - resposta a questões frequentes.	7
1 - Licenças	7
2 - Zonas de Pesca	11
3 - Artes e Utensílios	15
4 - Embarcações	19
5 - Espécies	20
CONCLUSÃO	21
ANEXO I - Tabela de coeficientes das artes de pesca	22
ANEXO II - Mapa com os limites geográficos das Capitánias	23
ANEXO III - Modelos de requerimentos ( formulários )	24
CONTACTOS DRAPALG	47

## INTRODUÇÃO

O presente **Guia Prático do Utente das Pescas** (adiante identificado como **GPUP** ) define as operações de apoio efectuadas nos centros de atendimento da DRAP Algarve, que têm vindo a ser praticadas pessoalmente pelos funcionários junto dos utentes nas diversas solicitações a que a Divisão de Pescas e Aquicultura tem de responder, propondo uma alteração para práticas muito mais eficientes no tipo de abordagem, bem como nas actividades envolvidas em cada situação.

A criação do **GPUP** irá possibilitar uma muito maior comodidade para os utentes que passarão a dispor de um instrumento, através da Internet, que lhes permitirá aceder a informações que até agora só poderiam obter directamente dos serviços, que, em muitos casos, implicava a necessidade de terem de se deslocar muitos quilómetros, com perda de tempo e de dias trabalho, ou através do telefone com os inerentes e elevados custos de chamada.

Agora, desde que possuam Internet, uma simples impressora e correio electrónico, poderão, com toda a facilidade tratar dos seus assuntos sem sair de casa.

Por outro lado, esta inovação permitirá uma melhor qualidade e produtividade dos serviços, bem como uma substancial redução dos custos (basta pensar na poupança em milhares de fotocópias gastos no apoio ao preenchimento de requerimentos, organização de processos de licenciamento, autorizações diversas, etc. que passarão a ser efectuados informaticamente ) e de tempo de atendimento, quer pessoal quer telefónico.

Irá também permitir que qualquer funcionário possa responder a questões que lhe sejam colocadas sobre o sector, bastando-lhe, para isso, remeter o interessado para a nossa página web.

É necessário, no entanto, prevenir os utentes de que há matérias com um grau de complexidade mais exigente que não podem ser incluídas no **GPUP**. Trata-se, evidentemente de excepções a que os técnicos da DRAP Algarve, quando solicitados para o efeito, darão imediata e competente resposta.

## **Capítulo 1 – Pesca Profissional**

### **O QUE DEVO FAZER**

#### **1- Se quiser adquirir uma embarcação de pesca profissional?**

- A última licença da embarcação tem de ter menos de 6 anos;
- Requerer a aquisição em formulário próprio (em anexo);
- Juntar fotocópias dos Cartões de Contribuinte e dos BI do comprador e do vendedor;
- Juntar fotocópia da última licença de pesca.

#### **2- Se pretender uma licença inicial?**

- Só é possível obter licenças iniciais para o grupo de anzol (palangre de fundo, toneira, piteira, cana e linha de mão e corrico)
- Requerer a licença (documento único) em formulário próprio (em anexo);
- Juntar documento único actualizado.

#### **3- Se desejar renovar uma licença?**

- Tem de demonstrar, através das vendas na DOCAPESCA, que exerceu a actividade no ano anterior ou, em alternativa, apresentar documentos justificativos da falta de vendas;
- Requerer a renovação da licença em formulário próprio (em anexo) até ao dia 31 de Agosto;
- Juntar Termo de Vistoria válido.

#### **4- Se quiser substituir uma embarcação da pesca local por uma nova construção?**

- A embarcação a substituir tem de estar licenciada na data do pedido;
- Fazer o pedido em formulário próprio (em anexo);
- A embarcação a substituir tem de ser abatida por demolição;
- A nova embarcação não poderá exceder os níveis de tonelagem previstos numa tabela de critérios técnicos que poderá ser consultada na DRAP Algarve;
- Juntar cópia da última licença de pesca;
- Juntar memória descritiva e desenho de arranjo geral elaborados pelo estaleiro ou pela casa fornecedora da nova embarcação;
- A nova embarcação manterá as mesmas licenças da embarcação anterior.

#### **5- Se pretender substituir uma embarcação de pesca por uma de recreio?**

- Ambas as embarcações têm de ser propriedade do requerente;
- A embarcação a substituir tem de estar licenciada na data do pedido;
- Fazer o pedido em formulário próprio (em anexo);
- A embarcação a substituir tem de ser abatida por demolição;
- A nova embarcação não poderá exceder os níveis de tonelagem previstos numa tabela de critérios técnicos que poderá ser consultada na DRAP Algarve;
- Juntar cópia da última licença de pesca;
- Juntar Título de Registo de Propriedade da embarcação de recreio onde estejam averbadas todas as suas características técnicas; incluindo comprimento, tonelagem GT e potência propulsora;
- Juntar Termo de Vistoria da Capitania do Porto onde seja atestada a capacidade da embarcação de recreio para exercer a actividade da pesca profissional, a data da sua construção e respectivo construtor e se já esteve ou não registada na pesca;

- A embarcação a registar ficará com as mesmas licenças da embarcação anterior.

**6- Se pretender instalar, substituir ou cancelar um motor?**

- Pode tratar-se do motor principal ou do alternativo;
- A embarcação tem de estar licenciada na data do pedido;
- Fazer o pedido em formulário próprio (em anexo);
- No caso de substituição, o registo do motor a substituir tem de ser cancelado.
- O(s) novo(s) motor não poderá exceder os níveis de potência previstos numa tabela de critérios técnicos que poderá ser consultada na DRAP Algarve;
- Juntar cópia da última licença de pesca, excepto no caso do cancelamento em que apenas tem de apresentar cópia do TRP;

*Importante: ver nota final*

**7- Se quiser introduzir alterações no casco da minha embarcação?**

- A embarcação a alterar tem de estar licenciada na data do pedido;
- Fazer o pedido em formulário próprio (em anexo);
- As alterações não podem ser feitas simultaneamente para todas as medidas principais, isto é, comprimento, boca e pontal;
- A alteração não poderá exceder os níveis de tonelagem previstos numa tabela de critérios técnicos que poderá ser consultada na DRAP Algarve;
- Juntar cópia da última licença de pesca;
- Juntar memória descritiva e desenho de arranjo geral elaborados pelo estaleiro ou empresa responsável pela modificação;

**8- Se pretender transferir o registo da embarcação para outra capitania?**

- Requerer a mudança de registo em formulário próprio (em anexo);
- Juntar licença de pesca actualizada.

**9- Se desejar abandonar a pesca mudando o registo da embarcação para outra actividade?**

É possível abater a embarcação à pesca e registá-la na marinha de recreio, como auxiliar local ou no tráfego local. Nos dois últimos casos, deve justificar a pretensão. Para este efeito, deverá:

- Requerer a mudança de actividade em formulário próprio (em anexo);
- Juntar o Título de Registo de Propriedade da embarcação.

*Importante: ver nota final*

**10- Se quiser trocar uma arte de pesca por outra?**

A troca de artes só é possível se a arte que quer trocar tiver um coeficiente igual ou superior à arte que quer adquirir (ver tabela de coeficientes em anexo). Para este efeito, deverá:

- Requerer a troca da(s) arte(s) em formulário próprio (em anexo);
- Juntar o Documento Único actualizado.

*NOTA: A partir de Junho de 2012 foram suspensas as trocas de artes por armadilhas dirigidas ao polvo (covos e alcatruzes).*

**11- Se pretender transferir uma arte de pesca de uma embarcação para outra ?**

- Requerer a transferência da(s) arte(s) em formulário próprio (em anexo);
- Juntar os Documento únicos actualizados das duas embarcações.

*NOTA: A embarcação que cede a licença tem de ficar, após a transferência, com, pelo menos, outras duas, ou optar pelo abate por demolição. Também tem de ter em conta os níveis de tonagem das duas embarcações que, para este efeito, devem pertencer ao mesmo escalão. Os escalões estão definidos na regulamentação relativa a cada modalidade de pesca.*

#### **12- Se desejar integrar o Acordo Fronteiriço do Guadiana?**

- Requerer a respectiva autorização no modelo universal disponível (em anexo), com indicação da arte que pretende utilizar em águas espanholas.
- Juntar o Documento único actualizado da embarcação.

*NOTA: A embarcação tem que estar registada ou em Tavira ou em Vila Real de Santo António e a arte que pretende utilizar terá de estar contemplada no Acordo Fronteiriço, a cujo teor pode aceder através do site da DRAP Algarve.*

**Como o número de embarcações é limitado, poderá ter de ficar a aguardar vaga em lista de espera.**

*Nota:*

*O abate de embarcações, substituição ou cancelamento de motores que tenham recebido apoios financeiros do Estado há menos de 10 anos (no caso das construções) ou 5 anos (no caso de modernizações) não é possível, a menos que pretenda, devolver os montantes correspondentes ao tempo que falta para cumprir os respectivos contratos.*

## **CAPÍTULO 2 – AQUICULTURA**

### **2.1. Apanha de Animais Marinhos e Pesca Apeada**

O QUE DEVO FAZER

#### **1- Se quiser adquirir uma licença de apanhador profissional?**

- Requerer o cartão em formulário próprio (em anexo);
- Juntar atestado de residência passado pela Junta de Freguesia.

#### **2- Se quiser renovar a licença de apanhador?**

- Requerer a renovação em impresso próprio (em anexo) até ao dia 31 de Agosto;
- Juntar declaração da DOCAPECA com as vendas efectuadas nos últimos 12 meses e que devem ter um valor igual ou superior ao ordenado mínimo nacional a multiplicar por cinco ou, em alternativa, apresentar documento justificativo da falta de vendas;
- Juntar cópia da última licença.

#### **3- Se pretender autorização para vender fora de lota?**

- Requerer a autorização em impresso próprio (em anexo);
- Juntar declaração da Repartição de Finanças em como se encontra colectado para a actividade de apanhador;
- Juntar declaração da Segurança Social em como se encontra inscrito;
- Juntar cópia da última licença.

#### **4- Se desejar autorização para capturar juvenis selvagens ? :**

- Requerer a autorização em impresso próprio (em anexo), com indicação do(s) mariscador(es) que vai empregar;
- Juntar cópia da licença do estabelecimento de culturas marinhas.

#### **5- Se quiser autorização para a captura de percebes ou para a pesca comercial apeada na área do PNSACV?**

- Requerer autorização em impresso próprio (em anexo);
- Juntar fotocópia do BI e do Cartão de Contribuinte;
- Juntar atestado de residência passado pela Junta de Freguesia.

**6- Se quiser renovar a licença de captura de percebes ou para a pesca comercial apeada na área do PNSACV?:**

- Requerer autorização, entre 1 e 31 de Agosto, em impresso próprio (em anexo);
- Juntar manifesto de captura referente aos últimos 12 meses;
- Juntar licença do ano anterior.

**7- Se pretender adquirir licença de pesca comercial apeada (anzol) na área do PNSACV?**

- Requerer autorização em impresso próprio (em anexo);
- Juntar fotocópia do BI e do Cartão de Contribuinte;
- Juntar atestado de residência passado pela Junta de Freguesia;
- Juntar manifesto de captura referente aos últimos 12 meses.

## **2.2. Transmissão de Estabelecimentos de Culturas Marinhas**

O QUE DEVO FAZER

**Para transmitir para outrem uma licença de exploração?**

- Requerer a transmissão em formulário próprio (em anexo);
- Juntar fotocópia do BI e do Cartão de Contribuinte;
- Juntar licença de utilização do domínio público hídrico (ICNB).

## **CAPÍTULO 3 – PESCA LÚDICA**

### ***Questões Mais Frequentes \****

#### **1 - LICENÇAS**

***P – Para realizar a pesca lúdica é obrigatório possuir licença?***

R – Sim. O exercício de pesca lúdica, excepto na modalidade de apanha lúdica (sem uso de utensílios), apenas é permitido a titulares de licença de pesca, excepto no caso de menores de 16 anos, quando acompanhados por um titular de licença de pesca lúdica, situação em que não é obrigatória a apresentação de licença por esses menores (cf. artigo 12 da Portaria nº 144/2009). O exercício da pesca lúdica sem ser possuidor da respectiva licença é punível com coima de 500 a 3.740€ (cf. artigo 14º, nº 1, alínea a), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005);

***P - Que tipos de licença de pesca lúdica existem?***

R - A Portaria nº 144/2009, de 5 de Fevereiro, prevê quatro tipos de licença de pesca lúdica. No entanto, até à entrada em vigor da Portaria que estabelece os novos montantes para as taxas, mantém-se a emissão das licenças de acordo com a tipologia prevista na Portaria nº 868/2006 com os valores previstos na Portaria nº 1399/2006.

Pesca **apeada** (exclusivamente para o exercício a partir de terra):

- Local (válida para a área da capitania seleccionada e para a área das capitánias limítrofes);
- Nacional (válida para a área de todas as capitánias do continente).

Pesca **a partir de embarcação** (para o exercício da pesca à linha, a bordo de embarcação, englobando a licença de pesca apeada):

- Local (válida para a área da capitania seleccionada e para a área das capitánias limítrofes);

- Nacional (válida para a área de todas as capitánias do continente).

Pesca **submarina** (exclusivamente para o exercício da pesca submarina):

- Local (válida para a área da capitania seleccionada e para a área das capitánias limítrofes);

- Nacional (válida para a área de todas as capitánias do continente).

*NOTA: até à publicação de nova regulamentação esta licença equivale à licença de pesca lúdica geral e tem os valores previstos actualmente para a pesca lúdica.*

Pesca submarina, Pesca lúdica geral, para o exercício da pesca à linha apeada ou a partir de embarcação, bem como para o exercício da pesca submarina, que pode ser:

- Local (válida para a área da Capitania seleccionada e para a área das Capitánias limítrofes);

- Nacional (válida para a área de todas as Capitánias do Continente).

***P - Qual a validade das licenças de pesca lúdica?***

R - As licenças de pesca lúdica podem ter a seguinte validade:

- **Diária**, exclusivamente para a modalidade de pesca a bordo de embarcações marítimo-turísticas;
- **Mensal**, para licenças de pesca apeada, pesca de embarcação, pesca submarina ou pesca lúdica geral;
- **Anual**, para licenças de pesca apeada, pesca de embarcação, pesca submarina ou pesca lúdica geral;
- **Trienal**, para licenças de pesca apeada, pesca de embarcação, pesca submarina ou pesca lúdica geral;

***P - Onde pode ser obtida a licença de pesca lúdica?***

R - As licenças de pesca lúdica podem ser obtidas através de qualquer caixa Multibanco, a qualquer hora, nos serviços da DGRM (Direcção Geral dos Recursos do Mar) ou nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, durante o horário de atendimento ao público.

***P - Como podem ser obtidas as licenças de pesca lúdica através de Multibanco?***

R - Para obter a licença de pesca lúdica através do Multibanco, apenas necessita do Bilhete de Identidade do titular da licença (o registo do número respectivo é obrigatório). A licença pode ser emitida para o titular do Cartão de Multibanco, ou este pode solicitar uma licença de pesca lúdica para terceiros, desde que disponha do respectivo nº de BI. Para proceder à emissão da licença, depois de introduzir o cartão e o código respectivo, deverá aceder ao ecrã **Pagamento de Serviço => Pagamentos ao Estado => Licença de Pesca lúdica => Pesca Águas Marítimas e Salobras** e depois seguir as instruções para obter a licença pretendida.

***P - Como se pode obter uma licença de pesca lúdica nos Serviços da DGPA, ou nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas?***

R - As licenças de pesca lúdica podem ser obtidas nos serviços da DGRM, em Lisboa, ou nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, no horário de atendimento, em todos os dias úteis. Para a emissão das licenças deverá apresentar o Bilhete de Identidade, Passaporte ou outro documento de identificação válido, bem como proceder ao pagamento da taxa correspondente à licença pretendida. A licença é emitida de imediato, devendo, no entanto, alertar-se para a possibilidade de existirem tempos de



espera consideráveis, pelo que se aconselha a obtenção de licenças preferencialmente através de Multibanco.

***P - Qual o custo das licenças de pesca lúdica?***

R - Até à publicação da Portaria que estabelece novas taxas mantém-se em vigor as taxas regulamentadas pela Portaria nº 1399/2006, de 15 de Dezembro.

Assim sendo, as licenças de pesca lúdica têm os seguintes custos, por praticante:

Licença diária, exclusivamente para pesca na modalidade marítimo-turística – **3€**

Licença pesca lúdica apeada local, válida por:

- um mês – **3€**
- um ano – **6€**
- três anos – **15€**

Licença pesca lúdica apeada nacional, válida por:

- um mês – **5€**
- um ano – **12€**
- três anos – **45€**

Licença pesca lúdica a partir de embarcação, local, válida por:

- um mês – **10€**
- um ano – **30€**
- três anos – **85€**

Licença pesca lúdica a partir de embarcação, nacional, válida por:

- um mês – **15€**
- um ano – **60€**
- por três anos – **170€**

Licença pesca submarina, local, válida por:

- um mês – **10€**
- um ano – **40€**
- três anos – **100€**

Licença pesca submarina, nacional, válida por:

- um mês – **15€**
- um ano – **80€**
- três anos – **200€**

***P - Com licença de pesca lúdica do tipo “pesca embarcação” pode-se praticar pesca apeada?***

R - Sim. Com a licença de pesca de embarcação pode realizar pesca apeada na mesma área e durante o mesmo período. No entanto, de acordo com o previsto no nº 2 do artigo 3º da Portaria nº 144/2009, de 5 de Fevereiro, para a utilização de utensílios é necessário dispor de licença de pesca lúdica apeada.

***P - Se tiver licença de pesca submarina local, válida para a Capitania de Faro, preciso de outra licença para fazer pesca apeada em Olhão?***

R - Não. A licença de pesca submarina válida para a Capitania de Faro permite o exercício da pesca lúdica na área de jurisdição das capitâncias de Faro, Portimão e Olhão (cf. nº 7 do artigo 12º da Portaria nº 144/2009) – *Ver mapa anexo.*

***P - Se perder a licença de pesca lúdica que adquiri no Multibanco, como posso obter uma segunda via?***

R - Para obter uma segunda via de uma licença de pesca lúdica obtida através de Multibanco, durante três meses após a data de emissão da licença, poderá obter uma segunda via, gratuitamente, através do próprio Multibanco. Depois dessa data, poderá obter uma segunda via nos serviços da DGRM ou nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, mediante o pagamento da taxa de emissão de 2ª via (10 euros).

Para obter uma segunda via, através do Multibanco, deverá seguir os seguintes passos:

1. Inserir o cartão e digitar o código respectivo;
2. Seleccionar a opção “Consultas”;
3. Seleccionar “Operações com o cartão MB”;
4. Seleccionar a opção “Emissão de 2ª via de talão MB”;
5. É solicitado, pelo sistema, a data da operação para que pretende emitir a 2ª via, devendo digitar o dia e mês em que foi emitida a sua licença (por exemplo, se a licença foi solicitada no MB no dia 2 de Janeiro de 2007, deverá digitar 0201);
6. Aparecem as operações realizadas com o cartão na data escolhida, devendo ser seleccionada a operação correspondente à emissão da licença de pesca lúdica;
7. De seguida é emitida uma segunda via da licença de pesca lúdica, que será em tudo igual à primeira, excepto pelo facto de aparecer na primeira linha o texto “2ª via da Licença”.

***P - Se perder a licença de pesca lúdica que adquiri na DGRM, como posso obter uma segunda via?***

R - Para obter uma segunda via de uma licença de pesca lúdica obtida através dos serviços da DGPM ou das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas deverá dirigir-se a qualquer destes serviços e solicitar a emissão de uma segunda via da licença, mediante a apresentação do documento de identificação que consta da Licença referida. O custo de emissão está sujeito ao pagamento de uma taxa de emissão de 2ª via no valor de 10 euros.

***P - Sou titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação nacional e pretendo ir pescar um dia numa embarcação registada na actividade marítimo-turística. Tenho que comprar uma licença de pesca diária ou posso pescar com a minha licença?***

R - Não deve comprar qualquer licença de pesca diária pois já é titular de uma licença que lhe permite o exercício da pesca lúdica a bordo de embarcações na área de jurisdição de todas as Capitánias do Continente.

***P - Sou titular de uma licença de pesca lúdica apeada nacional. Pretendo ir pescar um dia numa embarcação registada na actividade marítimo-turística. Tenho que comprar uma licença de pesca diária ou posso pescar com a minha licença?***

R - Para pescar a bordo de uma embarcação, necessita de ser titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação. Dado que apenas é titular de licença de pesca lúdica apeada, caso pretenda pescar um dia a bordo de uma embarcação registada na actividade marítimo-turística deve obter uma licença de pesca diária (custo de 3 euros), a qual é emitida pela DGRM e é fornecida localmente, pela empresa que explora a embarcação.

***P - Sou titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação válida para a Capitania de Lisboa. Pretendo ir pescar um dia numa embarcação registada na actividade marítimo-turística, no Algarve. Tenho que comprar uma licença de pesca diária ou posso pescar com a minha licença?***

R - Para pescar a bordo de uma embarcação, necessita de ser titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação válida para a área da Capitania onde pretende exercer a actividade. Dado que apenas é titular de licença de pesca lúdica de embarcação válida para a Capitania de Lisboa, e que lhe permite operar também na área das Capitánias

limitrofes (Cascais e Setúbal), não poderá, no entanto, operar na área das Capitánias do Algarve. Visto que pretende pescar um dia a bordo de uma embarcação registada na actividade marítimo-turística, no Algarve, deve obter uma licença de pesca diária (custo de 3 euros), a qual é emitida pela DGRM e é fornecida localmente, pela empresa que explora a embarcação.

***P - As licenças de pesca lúdica emitidas no Multibanco podem ser fotocopiadas?***

R - Sim. Quer as licenças de pesca lúdica obtidas através de Multibanco, quer as obtidas nos serviços da DGRM ou das Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, devem ser fotocopiadas (e, se quiser, posteriormente pode plastificar a fotocópia), não sendo necessário qualquer tipo de autenticação e podendo ser apresentada às autoridades de fiscalização apenas a cópia da licença, acompanhada do Bilhete de Identidade (cf. nº 3 do Despacho nº 25109/2006, DR 2ª série, nº 235, de 7 de Dezembro).

***P - Caso me tenha enganado ao escrever o número do bilhete de identidade no Multibanco, posso corrigir à mão o número e depois fotocopiar a licença?***

R - Não. Caso a licença seja rasurada perde a sua validade (cf. nº 3 do Despacho nº 25109/2006 - DR 2ª série nº 235 de 7 de Dezembro). Nesse caso deve, o mais breve possível, dirigir um requerimento ao Director-Geral dos Recursos Marítimos, enviando cópia da licença emitida, cópia do Bilhete de Identidade e expondo a situação, após o que será substituída a sua licença por outra com o nº de BI correcto, sem qualquer custo adicional.

***P - Acabei de emitir uma licença de pesca lúdica no Multibanco, mas enganei-me e emiti para uma Capitania quando pretendia Nacional. Será possível anular a licença emitida e substituí-la por outra, do mesmo tipo e período, mas nacional?***

R - Sim, desde que num curto prazo (até três dias, em princípio), apresente requerimento escrito ao Director-Geral de Política do Mar explicando a situação e solicitando a substituição da licença, para o que deverá enviar cheque no valor da diferença entre a taxa da licença já paga e a que pretende obter, acrescidos do valor de 2,5 euros para despesas de correio (envio da licença para a sua morada, em carta registada). Deverá no requerimento informar a sua morada e, se possível um número de telefone de contacto.

***P - Acabei de obter uma licença de pesca lúdica através de Multibanco, mas depois de emitida mudei de ideias. Podem anular a licença e devolver-me o dinheiro?***

R - Não. As licenças de pesca lúdica não podem ser anuladas, dado que durante um período de três meses poderá obter uma segunda via através de qualquer caixa Multibanco, ou apresentar uma fotocópia da licença, a qual tem a mesma validade do original. Assim, depois de emitidas as licenças, a DGPM não poderá proceder à sua anulação nem à devolução da verba correspondente, apenas sendo possível a sua substituição por outras que incluam as já emitidas.

## **2 - ZONAS DE PESCA**

***P - Pode realizar-se pesca lúdica a bordo de uma embarcação, na entrada da barra de um porto?***

R - Não. Não é permitido o exercício da pesca lúdica a bordo de uma embarcação nas barras de acesso aos portos e embocaduras dos rios, nos canais de acesso, canais de aproximação e canais estreitos em portos (cf. artigo 7º, nº 2, alínea a) da Portaria nº 144/2009). *O exercício da pesca nestes locais é punível com coima de 250 a 2 493€, nos termos da alínea f) do número 2 do artigo 14º do Decreto-Lei nº 246/2000.*

***P - Pode realizar-se pesca apeada a partir do molhe de limitação da barra de um porto?***

R - Sim, pode. No entanto, caso se trate de locais que, em determinadas condições de mar ou durante certos períodos do ano, possam colocar em perigo a segurança dos próprios pescadores ou de terceiros, com base nos números 5 e 6 do artigo 7º da Portaria nº 144/2009, poderão ser estabelecidas limitações por parte da Autoridade Marítima, mediante a publicação de Edital, pelo que deverá consultar a Capitania com jurisdição na área, a fim de saber se existem limitações para a área específica em que pretende pescar.

***P - Pode realizar-se pesca apeada a partir do molhe, a menos de 100 metros de um porto de abrigo, de uma doca, de um estaleiro de construção naval ou de um estabelecimento de aquicultura?***

R - Não. Nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 144/2009, não se pode exercer a pesca lúdica a menos de 100 metros das estruturas referidas, zona essa que deverá ser considerada em terra (nas margens) ou na água (águas interiores marítimas, interiores não marítimas ou oceânicas).

*O exercício da pesca lúdica nesta zona constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea e), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Pode realizar-se pesca lúdica apeada ou a partir de embarcação num porto de pesca ou marina de recreio?***

R - Não. Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 144/2009, não se pode exercer a pesca lúdica (incluindo a pesca submarina) em portos de pesca ou marinas de recreio, incluindo, se assim estiver delimitado, a parte de terra, o “espelho de água” e os cais, pontões ou “fingers”.

*O exercício da pesca lúdica nesta área constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea e), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Pode realizar-se pesca lúdica apeada ou a partir de embarcação, a menos de 100 metros de uma saída de esgoto? E se este estiver desactivado?***

R - Não. Nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 144/2009, não se pode exercer a pesca lúdica a menos de 100 metros de uma saída de esgoto desde que este esteja devidamente assinalado.

*O exercício da pesca lúdica nesta zona constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea e), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Pode realizar-se pesca apeada a partir de praias concessionadas, durante a época balnear, à noite?***

R - Não, com condicionalismos. Nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 7º da Portaria nº 144/2009, não se pode exercer a pesca lúdica em praias concessionadas, durante a época balnear, e também a menos de 300 metros da linha de costa em frente a essas praias, não se estabelecendo qualquer excepção em termos de horário, pelo que a interdição se aplica durante toda a época balnear e durante o período em que a praia estiver concessionada.

*O exercício da pesca lúdica em praias concessionadas, a menos de 300 metros da linha de costa constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea d), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Na pesca apeada, qual a distância mínima, a que se pode pescar, de outro pescador lúdico?***

R - A distância mínima que deve ser respeitada entre pescadores apeados é de 5 metros.

*O exercício da pesca lúdica a menos de 5 metros de outro pescador que já se encontre naquele local, sem o acordo deste, constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea h), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Na pesca a partir de embarcação, qual a distância mínima, a que se pode pescar, de outra embarcação ou arte de pesca?***

R - A distância mínima que deve ser respeitada entre embarcações, é de 50 metros. A mesma distância deve ser respeitada em relação a artes de pesca caladas, incluindo as respectivas bóias de sinalização, as quais são consideradas como parte da arte em causa, bem como dos praticantes de pesca submarina.

*O exercício da pesca lúdica a distâncias inferiores às referidas constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea h) do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Morando em Lisboa, pode-se pedir a licença de pesca lúdica para a Capitania de Sines?***

R - Sim. Nos termos da regulamentação aprovada, nada impede que um pescador lúdico solicite a emissão de uma licença de pesca local para uma capitania distinta da mais próxima da sua residência. Assim, cada pessoa poderá optar pela área onde pretende vir a exercer a actividade lúdica, existindo a limitação de, adquirindo uma licença de âmbito local, apenas poder operar na área da Capitania seleccionada e na área das duas Capitánias limítrofes, podendo no entanto optar pela licença de âmbito nacional, caso pretenda operar na área de qualquer das Capitánias do Continente.

Caso pretenda exercer a apanha lúdica na área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, é necessário ter em conta que só é permitida aos detentores de licença de pesca lúdica que sejam naturais ou residentes nos Concelhos de Sines, Odemira, Aljezur e Vila do Bispo, abrangidos pelo PNSACV, sendo válido para efeito de controlo, a naturalidade e residência que consta no Bilhete de Identidade.

***P - Qual a lista de Capitánias existentes na costa continental Portuguesa, de norte para sul, e como posso saber se uma determinada praia está na área de uma ou de outra Capitania?***

R - A lista de Capitánias e a respectiva área de jurisdição está publicada no anexo I do Decreto-Lei 265/72, de 31 de Julho, na redacção dada pela Portaria nº 554/78, de 15 de Setembro e pela Portaria nº 811/87, de 26 de Setembro, sendo as seguintes, ordenadas de Norte para Sul:

- Caminha, abrangendo a área compreendida entre a foz do Rio Minho (fronteira com Espanha) até ao Forte do Cão, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Minho, desde a foz até ao Rio Trancoso;
- Viana do Castelo, abrangendo a área compreendida entre o Forte do Cão e até à Foz do Rio Alto, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Lima, desde a foz até à linha que une a torre da Igreja da Vila Nau à torre da Igreja de Santa Maria de Moreira do Gerez, e o Rio Cavado, desde a foz até à primeira ponte;
- Póvoa de Varzim, desde a Foz do Rio Alto, até ao molhe sul do Porto da Póvoa de Varzim;
- Vila do Conde, desde o molhe sul do Porto da Póvoa de Varzim, até à foz do Rio Donda, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Ave até ao primeiro açude;
- Leixões, desde a foz do Rio Donda, até ao Cais de Carreiros;
- Douro, desde o Cais de Carreiros até ao Monte Negro, a sul da Praia de Cortegaça, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Douro, desde a entrada da barra até ao limite do curso nacional do rio, sito na zona de Barca d'Alva e, incluindo toda a lagoa de Esmoriz;
- Aveiro, desde o Monte Negro, a sul da Praia de Cortegaça até à margem sul da Lagoa de Mira, incluindo as águas interiores não marítimas da Ria de Aveiro e do Rio Vouga, até à ponte do Comboio;



- Figueira da Foz, desde a margem sul da Lagoa de Mira até à foz da ribeira que se situa entre o Pedrógão e a povoação de Casal Ventoso, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Mondego e Rio Lavos, desde a foz e além da sua confluência, até ao paralelo da marca do Pontão;
- Nazaré, desde a foz da ribeira que se situa entre o Pedrógão e a povoação de Casal Ventoso até à Pirâmide do Bouro, incluindo as águas interiores não marítimas da Concha da Baía de São Martinho do Porto, incluindo o Rio Vau até à ponte de passagem de Salir;
- Peniche, desde a Pirâmide do Bouro até à Ponta da Foz, incluindo as Ilhas das Berlengas e as águas interiores não marítimas da Lagoa de Óbidos;
- Cascais, desde a Ponta da Foz até à Torre de São Julião da Barra, exclusive;
- Lisboa, desde a Torre de São Julião da Barra, inclusive, até ao paralelo junto ao lugar de Galherão (latitude 38º 31' 20'') (a norte da Lagoa de Albufeira), incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Tejo, incluindo os seus braços, desde a foz até Vila Franca de Xira, Rio Sorraia, até à linha tirada da Pirâmide do Mouchão e da Cabra e Rio Coina, até à Ponte;
- Setúbal, desde o paralelo junto ao lugar de Galherão (latitude 38º 31' 20'') (a norte da Lagoa de Albufeira) até à foz da Ribeira das Fontainhas, incluindo as águas interiores não marítimas da Lagoa de Albufeira, do Rio Sado, desde a foz até à ponte de Alcácer do Sal e Rio Marateca, até ao Zambujal;
- Sines, desde a foz da Ribeira das Fontainhas até à foz da Ribeira de Seixe, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Mira, até a linha tirada do Casal de D. Soeiro;
- Lagos, desde a foz da Ribeira de Seixe até à margem oeste do Rio de Alvor, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Aljezur, até 3 km da foz e ribeira de Bensafirim até à ponte;
- Portimão, desde a margem oeste do Rio de Alvor até à foz da Ribeira de Quarteira, incluindo as águas interiores não marítimas do Rio de Alvor e seus braços, Rio Arade até Silves, Rio Odelouca até à ponte, Ribeira de Boina até ao Porto, Ribeira do Farelo até ao Poço de Fuzeiro, Ribeira de Odiáxere até Vale de Lama;
- Faro, desde a foz da Ribeira de Quarteira até à Barra artificial do porto comum Faro-Olhão, incluindo as águas interiores não marítimas da Ria de Faro e seus canais;
- Olhão, desde a Barra artificial do porto comum Faro-Olhão até ao Meridiano da Capela de Nossa Senhora do Livramento, incluindo as águas interiores não marítimas da Ria de Olhão e seus canais, até à torre de Aires;
- Tavira, desde o meridiano da Capela de Nossa Senhora do Livramento até ao meridiano da Igreja da Cacela, incluindo as águas interiores não marítimas da Ria de Tavira, desde a Torre de Aires à barra de Cacela, esteiro e Rio de Tavira, desde a foz até à ponte do Caminho de Ferro;
- Vila Real de Santo António, desde o meridiano da Igreja da Cacela até à foz do Rio Guadiana (Fronteira com Espanha), incluindo as águas interiores não marítimas do Rio Guadiana até ao primeiro açude, a norte de Mértola, esteiro da Carrasqueira, até à estrada para Castro Marim, esteiro da Lezíria, até à estrada para Castro Marim, esteiro de Castro Marim, até ao Forte do Registo e esteiro de São Francisco, em toda a sua extensão. ( Ver mapa anexo )

***P - Sou titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação válida para a Capitania de Lisboa. Pretendo ir pescar um dia numa embarcação registada na actividade marítimo-turística, no Algarve. Tenho que comprar uma licença de pesca diária ou posso pescar com a minha licença?***

R - Para pescar a bordo de uma embarcação, necessita de ser titular de uma licença de pesca lúdica de embarcação ou de pesca lúdica geral válida para a área da Capitania onde pretende exercer a actividade. Dado que apenas é titular de licença de pesca lúdica de embarcação válida para a Capitania de Lisboa, e que lhe permite operar também na área das Capitánias limítrofes (Cascais e Setúbal), não poderá, no entanto, operar na área das Capitánias do Algarve.

Caso pretenda pescar um dia a bordo de uma embarcação registada na actividade marítimo-turística, no Algarve, deve obter uma licença de pesca diária (custo de 3 euros),

a qual é emitida pela DGPA e é fornecida localmente, pela empresa que explora a embarcação.

***P - Sou titular de uma licença de pesca lúdica válida para a Capitania de Tavira. Posso pescar até Mértola, dado que a zona do Rio Guadiana está sob jurisdição da Capitania de Vila Real de Santo António?***

R - Sim. A licença emitida para o exercício da pesca lúdica numa Capitania corresponde à área de jurisdição da capitania do porto em questão e capitánias limítrofes.

***P - Se estiver a fazer pesca submarina, existe alguma limitação de distância mínima a guardar entre praticantes ou entre mim e embarcações ou artes de pesca?***

R - Sim. Os praticantes de pesca submarina, no exercício da actividade, devem guardar entre si, salvo acordo em contrário, uma distância mínima de 20 metros.

### **3 . ARTES E UTENSÍLIOS DE PESCA**

***P - Que tipo de artes de pesca podem ser utilizadas na pesca lúdica apeada?***

R - Na pesca apeada podem ser utilizadas a linha de mão, a cana de pesca e a toneira, podendo ainda ser praticado o corrico ou corripo, ou seja, pode ser lançada a chumbada e respectivos anzóis e recolhidos lentamente, para que a pesca se realize como consequência do movimento de recolha do aparelho (cf. artigo 3º, nº 1, da Portaria nº 144/2009). A pesca lúdica apeada pode ainda ser exercida com a arte de malhada, bem como com os utensílios faca de mariscar, camaroeiro e pá ou enxada de cabo curto (cf. artigo 3º, nº 2, da Portaria nº 144/2009).

***P - Que tipo de artes de pesca podem ser utilizadas na pesca lúdica a partir de embarcação?***

R - Na pesca lúdica a partir de embarcação podem ser utilizadas a linha de mão, a cana de pesca e a toneira, podendo ainda ser praticado o corrico ou corripo (cf. artigo 3º, nº 1, da Portaria nº 144/2009).

***P - Que tipo de equipamento de pesca pode ser utilizado na pesca submarina?***

R - Na pesca submarina, como equipamento de captura, apenas pode ser utilizada uma espingarda submarina (cf. artigo 3º, nº 6, da Portaria nº 144/2009).

***P - Que tipo de equipamento ou artes de pesca podem ser utilizados na apanha lúdica?***

R - Na apanha lúdica, tratando-se de uma actividade que não carece de qualquer licença para o seu exercício, não podem ser utilizados quaisquer tipos de artes de pesca ou utensílios. Os espécimes apenas podem ser apanhados com a mão (cf. artigo 2º alínea b) da Portaria nº 144/2009).

Caso pretenda exercer a actividade com o auxílio de utensílios – faca de mariscar, malhada, camaroeiro e pá ou enxada de cabo curto - terá de obter uma licença de pesca lúdica apeada.

Dispositivos do tipo bolsa ou balde, que sirvam exclusivamente para o transporte do resultado da captura (cf. artigo 3º, nº 4, da Portaria nº 144/2009) podem ser sempre usados.

No Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), existe regulamentação específica pelo que deverá consultar a Portaria nº 143/2009, de 5 de Fevereiro, na redacção dada pela Portaria nº 458-A/2009, de 4 de Maio.

***P - Na pesca lúdica apeada pode ser utilizada uma faca para a apanha de percebes ou lapas?***

R - Sim. A pesca lúdica apeada pode ser exercida com a arte de malhada, bem como com os utensílios faca de mariscar, camaroeiro e pá ou enxada de cabo curto. (cf. artigo 3º, nº 2 da Portaria nº 144/2009), desde que disponha da licença adequada.

***P - Na pesca lúdica podem utilizar-se anzóis triplos, tipo fateixa?***

R - Sim, exclusivamente em amostras, utilizadas no corrico ou corripo, nas quais é permitida a utilização deste tipo de anzóis. Nas restantes situações, apenas podem ser utilizados até três anzóis simples por linha de pesca (cf. artigo 2º, alínea e) da Portaria nº 144/2009).

***P - Podem utilizar-se três anzóis simples soldados entre si e iscados, para a captura de polvo?***

R - Não. Na pesca com linha de mão ou com cana de pesca apenas podem ser utilizados anzóis simples, não sendo, portanto, permitida a utilização de três anzóis soldados entre si, o que corresponde a um tipo de anzol conhecido como fateixa. A utilização deste tipo de anzol (fateixa) apenas é permitida na pesca com corripo ou corrico, acoplado a amostras, as quais são rebocadas à superfície ou subsuperfície, não permitindo, portanto, a pesca de polvo.

***P - Podem utilizar-se toneiras nas quais os anzóis possuem barbela (piteiras) ?***

R - Não. Para efeitos da pesca lúdica, as toneiras são constituídas por uma linha de mão e por um lastro com forma fusiforme, podendo ainda ter acopladas até três bóias fusiformes, geralmente designadas por palhaços, tendo ambos os apetrechos (quer o lastro, quer os palhaços) na extremidade inferior uma ou duas coroas de anzóis sem barbela, ligando-se à linha de mão pela extremidade superior não podendo, portanto, ser utilizados anzóis com barbela neste aparelho de pesca (cf. artigo 2º, alínea r), da Portaria nº 144/2009).

***P - Podem utilizar-se carretos eléctricos na pesca lúdica?***

R - Sim. Nos termos da regulamentação da pesca lúdica, é permitida a utilização de carretos acoplados a canas de pesca, não se estabelecendo qualquer limitação ao tipo de carroto ou cana de pesca a utilizar (cf. artigo 2º, alínea d), da Portaria nº 144/2009).

***P - Qual a pesca eléctrica que está interdita pela Portaria nº 144/2009?***

R - Nos termos da Portaria nº 144/2009, de 5 de Fevereiro, está interdita a pesca eléctrica, ou seja, a pesca utilizando a corrente eléctrica como meio de captura do pescado. Esta pesca pratica-se estabelecendo uma corrente eléctrica entre dois pontos, dentro de água, para que o peixe, por força dessa corrente eléctrica, seja encaminhado para determinado local onde é capturado.

***P - Podem utilizar-se iscos na pesca lúdica?***

R - Sim. Na pesca lúdica podem ser utilizados iscos naturais ou artificiais, desde que não sejam constituídos por ovas de peixe ou por substâncias passíveis de provocar danos ambientais, nomeadamente substâncias venenosas ou tóxicas ou explosivos (cf. artigo 5º da Portaria nº 144/2009). Sendo que:

- Na pesca apeada e a partir de embarcação podem ser usados iscos e engodos;
- Na pesca submarina não é permitida a utilização de iscos e engodos (cf. artigo 5º, da Portaria nº 144/2009).

***P - Para manutenção do peixe vivo, podem utilizar-se na pesca lúdica de mar mangas de rede (nylon, algodão ou metálicas) que fiquem parcialmente submersas na proximidade do local onde se esteja a efectuar a pesca?***

R - Sim. Não se tratando de artes de pesca ou utensílios que permitam a captura de pescado, nada existe na regulamentação em vigor que interdição a sua utilização, razão



pela qual se considera que a mesma não está interdita. Estes equipamentos, vulgarmente utilizados na pesca lúdica e em competições de pesca desportiva, permitem a manutenção do peixe vivo para que possa ser devolvido ao mar nas melhores condições, no final da pescaria.

***P - Pode utilizar-se um chalavar para ajudar no levantamento do peixe quando este está preso no anzol?***

R - Sim. Não se tratando de uma arte de pesca ou utensílio que pela sua acção permita a captura de pescado, mas apenas de um equipamento destinado a auxiliar a recolha e levantamento do peixe, depois de o mesmo estar preso na linha de pesca, nada existe na regulamentação em vigor que interdição a sua utilização, razão pela qual se considera que a mesma não está interdita.

***P - Podem utilizar-se fontes luminosas como chamariz do pescado, estando a pescar com cana de pesca ou linha de mão (com anzóis)?***

R - Não. A utilização de fontes luminosas só é permitida na pesca apeada ou de embarcação exercida com toneira, bem como em indicadores de bóias (cf. artigo 3º, nº 7, da Portaria nº 144/2009). A sua utilização como chamariz na pesca com outras artes distintas da toneira constitui contra-ordenação punível com coima de 250 a 2 493 euros (cf. artigo 14º, nº 2, alínea b), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).

***P - Estando a exercer pesca submarina, pode utilizar-se uma lanterna, para efeitos de segurança?***

R - Sim, com limitações. A interdição de fontes luminosas referidas no nº 7 do artigo 3º da Portaria nº 144/2009, sob o título “Utensílios e equipamentos de pesca”, diz respeito à utilização dessa mesma fonte luminosa para efeitos de atracção do pescado.

***P - Na pesca lúdica apeada pode utilizar-se uma rabeca (espécie de cesto utilizado em falésias (ver figura 1), para efectuar o transporte do peixe desde a água até à mão do pescador?***

R - Sim. Não se tratando de uma arte de pesca ou utensílios que, pela sua acção, permitam a captura de pescado, mas apenas de um equipamento destinado a auxiliar a recolha e levantamento do peixe depois de o mesmo estar preso na linha de pesca, nada existe na regulamentação em vigor que interdição a sua utilização, razão pela qual se considera que a mesma não está interdita.



**Figura 1 - Exemplos de rabeca**

***P - Podem pescar-se exemplares de espécies com tamanho inferior ao tamanho mínimo estabelecido na legislação em vigor para a pesca profissional?***

R - Não. Apenas se podem capturar e reter peixes e outros organismos que tenham um tamanho igual ou superior ao estabelecido na legislação em vigor, a qual se aplica à pesca comercial e à pesca lúdica. Caso seja capturado um exemplar cujo comprimento

seja inferior ao tamanho mínimo definido, deverá ser imediatamente devolvido ao mar, mesmo que já esteja morto (cf. número 3 do artigo 9º da Portaria nº 144/2009). A *detenção, transporte, manutenção a bordo, transbordo ou desembarque de espécimes que não tenham o tamanho ou peso mínimos exigidos é punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea a), do Decreto-Lei nº 246/2000 na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005)* No entanto, se estiver a participar em provas desportivas, esta regra não se aplica.

***P - Qual o número de canas de pesca que posso utilizar na pesca apeada?***

R - Cada titular de licença de pesca lúdica pode utilizar até três linhas ou canas de pesca, podendo, em cada linha ou cana utilizar até três anzóis (cf. artigo 9º do Decreto-Lei nº 246/2000).

No PNSACV podem ser usadas até duas canas ou linhas de mão e cada cana ou linha, pode ter um máximo de três anzóis, com uma abertura igual ou superior a 9 mm (cf. artigo 3º da Portaria nº 143/2009).

***P - Pode ser utilizada a arte de pesca da imagem em anexo (figura 2), para a pesca de polvo?***

R - Tratando-se de uma linha, apesar de mais grossa que as habitualmente utilizadas na pesca, à qual estão acoplados três anzóis separados, e tendo em conta a definição de linha de pesca constante da Portaria nº 144/2009, trata-se de uma configuração de “linha de mão” que não contraria a definição legal, pelo que nada existe na regulamentação em vigor que impeça a sua utilização na pesca de polvo, devendo ser respeitadas as regras em vigor no que diz respeito a tamanho mínimo (maior ou igual a 750 gramas) e quantidades máximas diárias (10 quilogramas não contabilizando o exemplar maior).



**Figura 2 – Exemplo de linha de mão**

***P - Pode ser utilizada uma cana, com linha de pesca e sem anzóis, (ver figuras 3 e 4) para a pesca de caranguejo ou polvo, bem como um chalavar para a recolha dos exemplares depois de presos à linha, por titulares de licença de pesca lúdica, na zona entre marés?***

R - Tratando-se de uma cana, à qual é fixado o isco através de uma linha sem que seja utilizado qualquer anzol - **malhada**, e tendo em conta a definição de linha de pesca constante da Portaria nº 144/2009, trata-se de uma configuração de “linha de mão” que não contraria a definição legal, dado que ao referir-se “até três anzóis”, nada impede que não seja utilizado qualquer anzol, e como tal, nada existe na regulamentação em vigor que impeça a sua utilização na pesca de polvo, devendo ser respeitadas as regras em vigor no que diz respeito a tamanho mínimo (maior ou igual a 750 gramas) e quantidades máximas diárias (10 quilogramas não contabilizando o exemplar maior). No que se refere

à utilização do chalavar, destinando-se o mesmo ao levantamento de exemplares que estão presos no aparelho referido, mantém-se o referido anteriormente.



Figura 3 – Exemplo de malhada



Figura 4 – Exemplo de malhada

***P - Se estiver a praticar pesca lúdica durante dois dias, posso capturar 20 quilogramas de pescado sem contabilizar o exemplar maior?***

R - Não. O limite máximo de captura de pescado é de 10 quilogramas, sem contabilizar o exemplar maior (nº 1 do artigo 11 da Portaria nº 144/2009), não podendo continuar a pescar, caso atinja esse limite (nº 4 do artigo 11 da citada Portaria), pelo que, mesmo que esteja mais do que um dia em actividade de pesca lúdica, ao atingir o limite de 10 quilogramas, não contabilizando o exemplar maior, não poderá continuar a pescar.

#### **4 - EMBARCAÇÕES**

***P - Pode alugar-se uma embarcação de pesca para realizar uma pescaria com alguns amigos num fim-de-semana?***

R - Não. Na pesca lúdica apenas podem ser utilizadas embarcações registadas no recreio ou na actividade marítimo-turística. Apenas em competições de pesca desportiva e mediante determinados condicionalismos, poderá o Capitão do Porto autorizar a realização dessas provas a bordo de embarcações de pesca (cf. artigo 6º da Portaria nº 144/2009). *A utilização de embarcações que não disponham do registo adequado, ou da autorização necessária, constitui contra-ordenação punível com coima de 500 a 3 740€ (cf. artigo 14º, do nº 1, alínea b), do Decreto-lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Se existirem embarcações disponíveis, registadas na actividade marítimo-turística, no porto a partir de onde se pretende organizar uma prova desportiva, pode optar-se por realizar essa prova a bordo de uma embarcação de pesca?***

R - Não, excepto se as embarcações registadas na actividade marítimo-turística não estiverem disponíveis para a realização da prova em causa. Nos termos do artigo 6º da Portaria nº 144/2009, o Capitão do Porto apenas deverá autorizar a utilização de embarcações de pesca em provas desportivas quando, localmente, não existam outras alternativas para a realização da prova, nomeadamente embarcações registadas na actividade marítimo-turística que possam ser alugadas para esse fim.

***P - Caso seja autorizada a realização de uma prova desportiva a bordo de uma embarcação de pesca, a mesma é obrigada, durante essa prova, a retirar de bordo todas as artes de pesca distintas das autorizadas no regulamento da pesca lúdica?***

R - Sim. Quando uma embarcação de pesca é autorizada a servir de apoio a uma prova de pesca desportiva, não pode exercer qualquer tipo de actividade de pesca profissional nem ter a bordo ou utilizar qualquer tipo de arte de pesca com características distintas das autorizadas no presente diploma (cf. artigo 6º, nº 4, da Portaria nº 144/2009). A *manutenção a bordo de artes de pesca distintas das previstas para a pesca lúdica é punível com coima de 500 a 3 740€ (cf. artigo 14º, nº 1, alínea k), do Decreto-lei nº 246/2000, na redacção dada no artigo 14º, nº 1, alínea l) do Decreto-Lei nº 112/2005).*

## **5 - ESPÉCIES**

***P - Se uma espécie não tiver tamanho mínimo definido na legislação, existe alguma limitação ao tamanho mínimo que cada exemplar deve ter para poder ser retido?***

R - Não. Se para determinada espécie, não estiver regulamentado o seu tamanho mínimo de captura, poderá ser retido qualquer exemplar, independentemente do respectivo tamanho.

***P - Qual a quantidade máxima de pescado que se pode levar para casa, por dia?***

R - Por dia, cada pescador lúdico pode manter e levar para casa até dez quilos de peixes ou cefalópodes, não contabilizando o exemplar maior, até meio quilo de perceves ou até dois quilos de crustáceos ou outros animais, não contabilizando o peso do exemplar maior.

No PNSACV os limites de captura são de 7,5 quilos de peixes e cefalópodes, excluindo o exemplar maior, 3 quilos de mexilhões e 1 quilo de percebes.

Caso exerça a pesca a bordo de uma embarcação de recreio, com três ou mais pescadores lúdicos, o limite máximo de captura para a totalidade dos pescadores a bordo é de 25 quilogramas, não contabilizando um exemplar maior por cada titular de licença.

Este limite não se aplica às embarcações marítimo-turísticas nem à pesca submarina. Na pesca submarina, apenas é possível capturar peixes e cefalópodes constantes do anexo II à Portaria nº 144/2009.

Caso já tenha atingido quaisquer dos limites anteriormente referidos, deverá suspender a pesca lúdica. *A detenção, transporte, manutenção a bordo, transbordo ou desembarque de capturas cujos quantitativos excedam os legalmente estabelecidos é punível com coima de 250 a 2 493€ (cf. artigo 14º, nº 2, alínea c), do Decreto-Lei nº 246/2000, na redacção dada pelo Decreto-Lei nº 112/2005).*

***P - Existem espécies cuja captura está interdita na pesca lúdica?***

R - Sim. É proibida a captura e retenção das seguintes espécies:

- Cavalo-marinho (todas as espécies do género *Hippocampus*);
- Esturção (todas as espécies do género *Acipenser*);
- Lagostas (todas as espécies do género *Palinurus*);
- Lampreia (*Petromyzon marinus*);
- Meros (*Epinephelus* spp.);
- Peixe-lua (*Mola mola*);
- Salmão (*Salmo salar*);
- Sável e savelha (todas as espécies do género *Alosa*);
- Tubarão-branco (*Carcharodon carcharias*);
- Perna-de-moça (*Galeorhinus galeus*);
- Tubarão-sardo (*Lamna nasus*);
- Tartarugas marinhas (todas as espécies);
- Mamíferos marinhos (todas as espécies).

Pescada (*Merluccius merluccius*), Lagostim (*Nephrops norvegicus*) e Atum-rabilho (*Thunnus thynnus*) - espécies sujeitas a Plano de Recuperação.

**Nota:** Na pesca submarina apenas se podem capturar as espécies constantes do Anexo II da Portaria nº 144/2009, de 5 de Fevereiro.

Para além destas proibições, na área do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV) é também interdita a captura de:

- Sargos (*Diplodus sargus* e *Diplodus vulgaris*) entre 1 de Fevereiro e 15 de Março;
- Bodião (*Labrus bergylta*) entre 1 de Março e 31 de Maio;
- Fêmeas de navalheira quando estas estiverem ovadas;
- Espécies não previstas no Anexo II da Portaria nº 115-A/2011, de 24 de Março.

***P - Se estiver a praticar pesca lúdica durante dois dias, posso capturar 20 quilogramas de pescado sem contabilizar o exemplar maior?***

R - Não. O limite máximo de captura de pescado é de 10 quilogramas, sem contabilizar o exemplar maior (nº 1 do artigo 11º da Portaria nº 144/2009), não podendo continuar a pescar, caso atinja esse limite (nº 4 do artigo 11º da Portaria nº 144/2009), pelo que mesmo que esteja mais do que um dia em actividade de pesca lúdica, ao atingir o limite de 10 quilogramas, não contabilizando o exemplar maior, não poderá continuar a pescar.

\* Fonte: DGRM

## **CONCLUSÃO**

O Universo das Pescas no Algarve é extremamente complexo, tanto no que respeita à diversidade de subsectores que o compõem e respectivas especificidades, como no que concerne às características intrínsecas dos seus agentes económicos, distribuídos por quarenta comunidades, também elas diferenciadas entre si, quer quanto às características das suas frotas e modalidades de apanha, quer quanto à sua própria estrutura social e demográfica.

Não é, portanto, tarefa fácil, com os escassos meios humanos de que a DRAP Algarve dispõe, dar cabal cobertura aos milhares de solicitações que nos chegam e às quais temos que estar prontos a responder com clareza e eficácia.

Espero, por isso, que esta ferramenta que agora pomos à disposição dos utentes, constitua um passo importante e decisivo no caminho da desburocratização e simplificação dos serviços, contribuindo para uma ainda mais ampla interacção entre a Direcção Regional e todos os agentes económicos do sector no Algarve.

Prometemos que iremos estar permanentemente atentos a eventuais necessidades pontuais de actualização, derivadas de possíveis alterações legislativas ou outras que, naturalmente, irão acontecendo no futuro, visto o mundo das pescas, pela própria essência dos seus recursos naturais, ser extremamente dinâmico e sujeito a constantes mutações.

Apesar de tudo, temos consciência de que as novas tecnologias não são acessíveis a uma grande parte dos agentes económicos, especialmente às camadas mais idosas e às centenas de apanhadores de animais marinhos e pescadores apeados, na sua maioria sedeados na área da Capitania de Olhão, pelo que o **GPUP**, libertando tempo, também virá permitir aos serviços oferecer um atendimento ainda mais eficiente e personalizado.



## ANEXO I

**TABELA DE COEFICIENTES DE ARTES**

Método de Pesca/Arte	Coeficiente	Notas
Redes de arrasto	10	Não há novas autorizações e transferências apenas com abate
Redes de tresmalho – fundo	8	
Redes de esmalhar 1 pano – fundo	6	
Redes de cerco	5	
Redes de esmalhar 1 pano – deriva (35mm - 40 mm)	5	
Armadilhas de gaiola (covos) (30 mm – 50 mm)	5	Inclui nassas na Ria Formosa
Armadilha de abrigo (alcatruzes)	4	
Rede de levantar c/excepção do camaroeiro	4	Inclui redes de sacada
Rede de levantar - camaroeiro	3	
Pesca à linha com excepção da vara e palangre de superfície	0	Inclui cana e linha de mão, palangre de fundo, toneira, piteira, corrico

*A partir de Junho de 2012 foram suspensas as trocas de artes por armadilhas dirigidas ao polvo (covos e alcatruzes)*

## ANEXO II

# Áreas de Jurisdição das Capitanias do Algarve



## **ANEXO III**

### **MODELOS DE REQUERIMENTOS ( FORMULÁRIOS )**

#### **FROTA**

1. PEDIDO DE AQUISIÇÃO / DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO;
2. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA INICIAL;
3. PEDIDO DE NOVAS ARTES DE PESCA;
4. PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA;
5. PEDIDO DE AQUISIÇÃO / DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO;
6. PEDIDO DE LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO;
7. PEDIDO DE AQUISIÇÃO / DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO;
8. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO;
9. PEDIDO DE AQUISIÇÃO / DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO;
10. PEDIDO DE MOTORIZAÇÃO;
11. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE REGISTO;
12. PEDIDO DE MUDANÇA DE ACTIVIDADE;
13. PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE ARTES;
14. PEDIDO PARA INCLUSÃO NO ACORDO FRONTEIRIÇO;
15. PEDIDO PARA MODIFICAÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO;

#### **AQUICULTURA**

1. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA INICIAL DE APANHADOR;
2. PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA;
3. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA VENDA FORA DE LOTA;
4. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APANHA DE JUVENIS SELVAGENS;
5. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA APANHA DE PERCEVES NO PNSACV;
6. PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A PESCA COMERCIAL NO PNSACV;
7. PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA NA ÁREA DO PNSACV;
8. PEDIDO DE TRANSMISSÃO DA LICENÇA DE EXPLORAÇÃO EM AQUICULTURA;



## PEDIDO DE AQUISIÇÃO / DOAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE PESCA

Exmo. Sr. Director Regional de Agricultura e Pescas do Algarve

(Artº 70 do DR 43/78, de 17 de Julho)

**1º. EMBARCAÇÃO:**

Nome \_\_\_\_\_ Conj Ident, \_\_\_\_\_ PRT \_\_\_\_\_

**2º. PROPRIETÁRIO(S)**

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_ C. Postal \_\_\_\_\_

NIF \_\_\_\_\_ BI nº \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_ Email \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_ C. Postal \_\_\_\_\_

NIF \_\_\_\_\_ BI nº \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_ Email \_\_\_\_\_

**3º. PROMITENTE(S) COMPRADOR(ES)**

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_ C. Postal \_\_\_\_\_

NIF \_\_\_\_\_ BI nº \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_ Email \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_ C. Postal \_\_\_\_\_

NIF \_\_\_\_\_ BI nº \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_ Email \_\_\_\_\_

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_ Localidade \_\_\_\_\_ C. Postal \_\_\_\_\_

NIF \_\_\_\_\_ BI nº \_\_\_\_\_ Telef. \_\_\_\_\_ Email \_\_\_\_\_

**4º.** O(s) requerente(s) identificado(s) em 3 solicita(m) autorização para adquirir a embarcação referida em 1

**5º.** O(s) requerente(s) identificado(s) em 2 declara(m) a sua intenção de vender/doar a embarcação referida em

1 e no âmbito dessa transacção solicita(m) autorização para proceder à(s) seguinte(s) alteração(ões)

a) Transferência de Capitania/Delegação Marítima para \_\_\_\_\_ \*

b) Outras \_\_\_\_\_

**ATENÇÃO:** \*Quando a transferência de registo for para uma Repartição Marítima com jurisdição na área abrangida pelo Parque Natural da Costa Vicentina ( Ex: Lagos ou Sagres ) as licenças ficam sujeitas às normas aplicadas naquela área pela resolução do Conselho de Ministros nº 11-B/2011 de 4 de Fevereiro

**6º.** Apoios anteriormente concedidos à embarcação: Não ☐ Sim ☐

Se Sim: SIPESCA ☐ PROPESCA ☐ MARE ☐ IC PESCA ☐

O(s) Proprietário(s)

O(s) Requerente(s)

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Documentos a juntar:

- Pacto de constituição de sociedade, quando o adquirente for sociedade
- Fotocópia do Bilhete de Identidade
- Fotocópia do cartão de contribuinte



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

## EMISSION DA LICENÇA DE PESCA DE EMBARCAÇÃO

### REQUERIMENTO

APLICÁVEL À EMISSÃO DE 1ª LICENÇA E A EMBARCAÇÕES SEM LICENÇA

Dec.Reg nº 43/87, na redacção dada pelo Dec.Reg, nº 7/2000 e Despacho nº 14694/2003

#### 1 - ANO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA

Pretende licença de pesca para o ano de

#### 2 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

PRT

Conjunto de Identificação

Nome

#### 3 - IDENTIFICAÇÃO DO ARMADOR

Nome

Morada

Cod. Postal

Localidade

Telefone

Fax

NIF

e-mail

#### 4 - TIPO DE REQUERIMENTO

Primeira licença

☐

Retoma de actividade (a embarcação não tem actualmente licença, mas já teve)

☐

#### 5 - LICENCIAMENTO

Pretende licença com as mesmas artes, períodos, características e áreas do último ano com licença

☐

Pretende ser licenciado para as seguintes artes ou períodos ou áreas:

Arte	Características	Período	Área
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

O Requerente

Data

#### DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR

Termo de vistoria, certificado de navegabilidade ou de conformidade:

☐

Título de Registo de Propriedade

☐

Certificado de Lotação

☐

Certificado de Arqueação

☐

Outros documentos

☐



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

## CONCESSÃO DE NOVAS ARTES DE PESCA

### REQUERIMENTO

APLICÁVEL A EMBARCAÇÕES QUE REÚNEM CONDIÇÕES PARA SER LICENCIADAS

#### 1 - TIPO DE REQUERIMENTO

Assinale com X

Arte inicial ☐

Malhagem ☐

Cedência de licença como contrapartida  
para nova arte na mesma embarcação (T.A.C.A.) ☐

#### 2 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

PRT

Conjunto de Identificação

Nome

#### 3 - IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO

Nome

Morada

Cod. Postal

Localidade

Telefone

Fax

NIF

e-mail

#### 4 - LICENCIAMENTO

##### ARTES REQUERIDAS PARA A EMBARCAÇÃO

Arte	Características	Período	Área
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

##### ARTES CEDIDAS PELA EMBARCAÇÃO

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

##### INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES


O Requerente

Data

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

## RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE PESCA DE EMBARCAÇÃO

REQUERIMENTO

APLICÁVEL ÀS EMBARCAÇÕES ACTUALMENTE LICENCIADAS

Dec.Reg. nº 43/87, na redacção dada pelo Dec.Reg. nº 7/2000 e Despacho nº 14694/2003

### 1 - ANO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA

Pretende renovar a licença de pesca para o ano de

### 2 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO

PRT	<input type="text"/>	Conjunto de Identificação	<input type="text"/>
Nome	<input type="text"/>		

### 3 - IDENTIFICAÇÃO DO ARMADOR

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
e-mail	<input type="text"/>	NIF	<input type="text"/>

### 4 - RENOVAÇÃO DA LICENÇA

Pretende renovar a licença com as mesmas artes, períodos, características e áreas do ano anterior

Se pretende ser licenciado apenas para algumas das artes ou períodos ou áreas preencha a tabela seguinte:

Arte	Características	Período	Área
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

O Requerente

Data

\_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

#### DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR

Termo de vistoria, certificado de navegabilidade ou de conformidade:

☐

Comprovativo da actividade:

Declaração da DOCAPESCA

☐

A ser verificada através dos dados disponíveis na DGPA dos valores de venda em lota no Continente

☐

Não foram efectuadas vendas em lota no continente, devendo a actividade ser comprovada pelos

Diários de Pesca

☐

Não foram efectuadas vendas de valor igual ou superior ao mínimo e/ou não foram realizados

75 dias de mar, pelo que se remete justificativo de reduzida actividade em anexo

☐

PEDIDO DE CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA EMBARCAÇÃO  
POR SUBSTITUIÇÃO DA(S) EXISTENTE(S)

**Exmo. Senhor**  
**Director Regional de Agricultura e Pescas**  
**do Algarve**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da (s) embarcação (~s) :

(nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

(nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

(nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para a(s) **substituir** por uma nova construção com as seguintes características, de acordo com a memória descritiva e o desenho de arranjo geral anexos:

Porto de registo: \_\_\_\_\_

Construtor: \_\_\_\_\_ ; Marca \_\_\_\_\_ ; Modelo \_\_\_\_\_

Material do casco: \_\_\_\_\_

Comprimento fora-a-fora: \_\_\_\_\_

Boca: \_\_\_\_\_

Pontal: \_\_\_\_\_

Tonelagem ( GT ) \_\_\_\_\_

Potência do (s) motor (es) \_\_\_\_\_

Artes autorizadas: \_\_\_\_\_

Artes pretendidas \_\_\_\_\_

**A (s) embarcação (~s) a substituir será (serão) abatida (s) à frota por demolição.**

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Anexos:

- Documento Único ( Licença da unidade a substituir );

PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE UMA EMBARCAÇÃO DE PESCA  
POR UMA EMBARCAÇÃO DE RECREIO

**Exmo. Senhor**  
**Director –Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da (s) embarcação (~s) :

(nome): “ \_\_\_\_\_ “ conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

(nome): “ \_\_\_\_\_ “ conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

(nome): “ \_\_\_\_\_ “ conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L , PRT \_\_\_\_\_,

vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para a(s) **substituir** por uma embarcação de recreio com as seguintes características, de acordo com o documento de registo anexo:

(nome): “ \_\_\_\_\_ “ conj. Identificação \_\_\_\_\_

Material do casco: \_\_\_\_\_

Comprimento fora-a-fora: \_\_\_\_\_

Boca: \_\_\_\_\_

Pontal: \_\_\_\_\_

Tonelagem ( GT ) \_\_\_\_\_

Potência do (s) motor (es) \_\_\_\_\_

**A (s) embarcação (~s) a substituir será (serão) abatida (s) à frota por demolição.**

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Anexos:

- Termo de vistoria da Autoridade Marítima que ateste a aptidão da embarcação de recreio para a pesca, de acordo com o modelo anexo;
- Documento Único ( Licença da unidade a substituir );
- Título de Propriedade da embarcação de recreio.

## PEDIDO DE MOTORIZAÇÃO (MOTORES FORA-DE-BORDO)

**Exmo. Senhor**  
**Director Regional de Agricultura e Pescas do**  
**Algarve**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “\_\_\_\_\_” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para :

☐ **INSTALAR MOTOR FORA DE BORDO** ☐ Principal ☐ Alternativo

Marca \_\_\_\_\_, Potência \_\_\_\_\_ HP, Modelo \_\_\_\_\_

Combustível: ☐ Gasolina ☐ Mistura ☐ Gasóleo

☐ **CANCELAR MOTOR FORA DE BORDO** ☐ Principal ☐ Alternativo

Marca \_\_\_\_\_, Potência \_\_\_\_\_ HP, Modelo \_\_\_\_\_

Combustível: ☐ Gasolina ☐ Mistura ☐ Gasóleo

☐ **SUBSTITUIR MOTOR FORA DE BORDO** ☐ Principal ☐ Alternativo

### **Motor instalado:**

Marca \_\_\_\_\_, Potência \_\_\_\_\_ HP, Modelo \_\_\_\_\_

Combustível: ☐ Gasolina ☐ Mistura ☐ Gasóleo

### **Motor a instalar:**

Marca \_\_\_\_\_, Potência \_\_\_\_\_ HP, Modelo \_\_\_\_\_

Combustível: ☐ Gasolina ☐ Mistura ☐ Gasóleo

**Equipamento com dispositivo de redução de potência:** Não ☐ Sim ☐

Razão do pedido: \_\_\_\_\_

**Apoios financeiros anteriormente concedidos à embarcação:** Não ☐ Sim ☐

Se Sim: SIPESCA ☐ PROPESCA ☐ MARE ☐ ICPESCA ☐

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

### **Documentos a juntar:**

- Cópia do Documento Único ( licença de pesca )
- Certificado de conformidade se se tratar de motor com dispositivo de redução de potência

## PEDIDO DE TRANSFERÊNCIA DE REGISTO

**Exmo. Senhor  
Director Regional de Agricultura e Pescas do  
Algarve**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L ,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para transferir **o registo** da referida embarcação para a Repartição Marítima de \_\_\_\_\_ \*

**\* ATENÇÃO:** Quando a transferência de registo for para uma Repartição Marítima com jurisdição na área abrangida pelo Parque Natural da Costa Vicentina ( Ex: Lagos ou Sagres ) as licenças ficam sujeitas às normas aplicadas naquela área pela resolução do Conselho de Ministros nº 11-B/2011 de 4 de Fevereiro

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Anexos:

- Título de Registo de Propriedade;



PEDIDO DE ALTERAÇÃO DE REGISTO PARA OUTRA ACTIVIDADE

**Exmo. Senhor  
Director Regional de Agricultura e  
Pescas do Algarve**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L ,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para alterar o **registo** da referida embarcação para a actividade de

☐ MARINHA DE RECREIO

☐ TRÁFEGO LOCAL

☐ AUXILIAR LOCAL

por motivo de \_\_\_\_\_.

**Apoios financeiros anteriormente concedidos à embarcação:** Não ☐ Sim ☐

Se Sim:

SIPESCA ☐ PROPESCA ☐ MARE ☐ ICPESCA ☐

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Anexo: Título de Registo de Propriedade



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

## CONCESSÃO DE NOVAS ARTES DE PESCA

### REQUERIMENTO

APLICÁVEL A EMBARCAÇÕES QUE REÚNEM CONDIÇÕES PARA SER LICENCIADAS

(Cedência de licença entre embarcações = Transferência)

#### 1 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO (A) PARA A QUAL PRETENDE SEJA AUTORIZADA A ARTE

PRT	<input type="text"/>	Conjunto de Identificação	<input type="text"/>
Nome	<input type="text"/>		

#### 2 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPRIETÁRIO(S) DA EMBARCAÇÃO A

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
		e-mail	<input type="text"/>

  

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
		e-mail	<input type="text"/>

#### 3 - IDENTIFICAÇÃO DA EMBARCAÇÃO (B) QUE CEDE A ARTE

PRT	<input type="text"/>	Conjunto de Identificação	<input type="text"/>
Nome	<input type="text"/>		

#### 4 - IDENTIFICAÇÃO DO(S) PROPRIETÁRIO(S) DA EMBARCAÇÃO B

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
		e-mail	<input type="text"/>

  

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/> - <input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
		e-mail	<input type="text"/>

#### 5 - TRANSFERÊNCIA DE LICENÇAS

ARTES REQUERIDAS PARA A EMBARCAÇÃO (A)			
Arte	Características	Período	Área
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

  

ARTES CEDIDAS PELA EMBARCAÇÃO (B)			
Arte	Características	Período	Área
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

  

Sem abate	<input type="text"/>	Com abate de B	<input type="text"/>
-----------	----------------------	----------------	----------------------

  

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
<input type="text"/>			
<input type="text"/>			
<input type="text"/>			

Os proprietários da embarcação B

Os proprietários da embarcação A

<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>
Data <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>

<input type="text"/>
<input type="text"/>
<input type="text"/>
Data <input type="text"/> / <input type="text"/> / <input type="text"/>

PEDIDO DE INCLUSÃO NAS LISTAS DO ACORDO FRONTEIRIÇO

Exmo. Senhor

Director – Geral dos Recursos Marítimos

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_

Proprietário da embarcação (nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. de Identificação:

\_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para pescar em águas espanholas ao abrigo do Acordo Fronteiriço do Guadiana, com a arte de \_\_\_\_\_.

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE EMBARCAÇÃO DE PESCA LOCAL

**Exmo. Senhor**  
**Director – Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L ,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para a **sua modificação** por motivo de \_\_\_\_\_.

Esta modificação consistirá no seguinte: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

conforme memória descritiva e desenho de arranjo geral que junta.

☐ Após a modificação, a estrutura da embarcação não sofrerá qualquer alteração;

☐ Após a modificação, a embarcação ficará com as seguintes características técnicas:

Cff ..... \_\_\_\_\_ Diferença: \_\_\_\_\_

Boca ..... \_\_\_\_\_ Diferença: \_\_\_\_\_

Pontal..... \_\_\_\_\_ Diferença: \_\_\_\_\_

GT ..... \_\_\_\_\_ Diferença: \_\_\_\_\_

POT ..... \_\_\_\_\_ Diferença: \_\_\_\_\_

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Anexos: Memória descritiva e desenho de arranjo geral.

PEDIDOS DIVERSOS – DRAP ALGARVE

**Exmo. Senhor**  
**Director Regional de Agricultura e Pescas do**  
**Algarve**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “ \_\_\_\_\_ ” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - L ,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para

---

---

---

---

---

---

---

---

---

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

PEDIDOS DIVERSOS - DGRM

**Exmo. Senhor**  
**Director – Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

Proprietário da embarcação (nome): “\_\_\_\_\_” conj. Identificação \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_, \_\_\_\_\_,

PRT \_\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. autorização para

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

REGISTO E LICENÇA DE APANHADOR DE ANIMAIS MAR./PESCADOR APEADO  
REQUERIMENTO

APLICÁVEL A REQUERENTES NÃO LICENCIADOS

Dec.Reg nº 43/87, na redac. dada pelo Dec.Reg, nº 7/2000 e Portaria nº 1228/2010

**1 - ANO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA**

Pretende efectuar o registo e obter licença de pesca para o ano de

11

## 2 - IDENTIFICAÇÃO DO APANHADOR/PESCADOR APEADO

Nome					
	Capitania				
Morada					
Cod. Postal		-		Localidade	
Telefone		Fax		NIF	
e-mail					

### 3 - LICENCIAMENTO

[illegible]

#### 4 - EMBARCAÇÃO DE APOIO À ACTIVIDADE DE APANHA

PRT		Conjunto de Identificação	
Nome			

**O Requerente**

Data	/
------	---

**DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR**

- Fotocópia do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e do Cartão de Contribuinte
- Comprovativo de Inscrição nas Finanças na actividade da pesca (pode se entregar depois da comunicação pela DGPA de que existe vaga)
- Comprovativo de Residência (se não apresentar a inscrição nas Finanças)
- Documentos da embarcação de apoio
- Outros documentos

□ □ □ □



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

## RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE APANHADOR DE ANIMAIS

### MARINHOS/PESCADOR APEADO

#### REQUERIMENTO

APLICÁVEL A REQUERENTES ACTUALMENTE LICENCIADOS

Dec. Reg nº 43/87, na redacção dada pelo Dec.Reg, nº 7/2000 e Despacho nº 14694/2003

### 1 - TIPO DE REQUERIMENTO/ALTERAÇÕES

Morada ☐

Utensílio/Arte/Espécie/Área ☐

Embarcação de apoio ☐

Preencher apenas os dados correspondentes às alterações a efectuar

### 2 - IDENTIFICAÇÃO DO APANHADOR /PESCADOR APEADO

Nome	<input type="text"/>		
Nº de Registo	<input type="text"/>	Capitania	<input type="text"/>
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/>	Localidade	<input type="text"/>
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
NIF	<input type="text"/>		
e-mail	<input type="text"/>		

### 3 - LICENCIAMENTO

Utensílio/Arte	Espécie	Período	Área (Ver instruções)
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

### 4 - EMBARCAÇÃO DE APOIO À ACTIVIDADE DE APANHA

PRT	<input type="text"/>	Conjunto de Identificação	<input type="text"/>
Nome	<input type="text"/>		

O Requerente

Data \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR

(em função da alteração requerida)

Comprovativo de inscrição nas Finanças na actividade da pesca ou outro que comprove a residência fiscal

☐

Documentos da embarcação de apoio

☐





**AUTORIZAÇÃO PARA 1ª VENDA DO PESCADO FRESCO FORA DAS LOTAS**

APLICÁVEL AOS TITULARES DE LICENÇA DE PESCA PROFISSIONAL

FORMULÁRIO DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO

Portaria Nº 197/2006 alterada pela Portaria Nº 247/2010

**1 - IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE (TITULAR)**

Nome	<input type="text"/>		
Morada	<input type="text"/>		
Cod. Postal	<input type="text"/>	-	<input type="text"/>
Localidade	<input type="text"/>		
Telefone	<input type="text"/>	Fax	<input type="text"/>
e-mail	<input type="text"/>		
NIF	<input type="text"/>	Nº Cartão Apanhador / pescador apeedo	<input type="text"/>
O requerente exerce a actividade no Rio Minho		Sim	Não
		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

**2 - PEDIDO**

O requerente pretende autorização para efectuar vendas de pescado fresco fora das lotas no ano de

**JUSTIFICAÇÃO, LOCAIS E PERÍODOS DE DESEMBARQUE**

(preenchimento obrigatório para os titulares de pesca profissional para operar no Rio Minho)

Justificação que fundamente as dificuldades para a venda em lota

<input type="text"/>
<input type="text"/>

Locais habituais de desembarque e respectivos períodos diários

Local	Período	
	de	a
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>

O Requerente

Data

/  /

**DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR**

FOTOCÓPIA DO CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL OU CARTÃO DE CIDADÃO

☐

CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA O EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE DA PESCA  
(GRUPO 031 DO CAE)

☐

CERTIDÃO DE INSCRIÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL NO EXERCÍCIO DE ACTIVIDADE NA PESCA

☐

FOTOCÓPIA DA LICENÇA DE PESCA

(para os titulares de pesca profissional para operar no Rio Minho)

☐

PEDIDO PARA LICENÇA DE APANHA DE JUVENIS SELVAGENS

**Exmo. Senhor**  
**Director –Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_, titular de licença do (s)  
estabelecimento (s) de culturas marinhas denominado (s) \_\_\_\_\_, situado

(s) na (s) zona (s) chamada (s ) \_\_\_\_\_, localizado (s) na área da jurisdição da Capitania do Porto  
de \_\_\_\_\_ vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. que, ao abrigo do disposto no nº 3 do Artº

25º do Decreto Regulamentar nº 14/2000, de 21 de Setembro, conjugado com o previsto no Decreto Regulamentar nº  
43/87, de 17 de Julho, com as alterações do Dec. Reg. Nº 7/2000, de 30 de Maio, autorização para a captura de juvenis  
selvagens das seguintes espécies:

ESPÉCIES	QUANTIDADE ( KGS. )	ÁREA DO VIVEIRO
AMELJOA BOA		
OSTRA		
BERBIGÃO		
OUTRAS ( DESCRININAR )		

Destinadas ao repovoamento do (s) referido (s) estabelecimento (s) a efectuar pelo (s) seguinte (s) apanhador (es ) de  
animais marinhos:

\_\_\_\_\_, titular da licença nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, titular da licença nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, titular da licença nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, titular da licença nº \_\_\_\_\_

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

( assinatura ) \_\_\_\_\_

PEDIDO PARA LICENÇA DE APANHA DE PERCEVES NA ÁREA DO PNSACV

**Exmo. Senhor**  
**Director – Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

titular do cartão ANI nº \_\_\_\_\_, válido para o exercício da actividade de apanha na área da Capitania do Porto de \_\_\_\_\_ e limítrofes, tendo já solicitado a renovação da sua licença para o ano de 20\_\_\_\_, vem, muito respeitosamente, solicitar a V.Exa. se digne considerar a sua candidatura para a apanha de perceves na área do PNSACV no ano de 20\_\_\_\_, para o que junta a documentação necessária à verificação dos critérios de prioridade previstos na legislação em vigor.

Pede deferimento,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

( assinatura ) \_\_\_\_\_

Anexos:

- Manifesto de Apanha
- Outros

\_\_\_\_\_



Ministério da Agricultura,  
Mar, Ambiente e  
Ordenamento do Território

DGPA  
Direcção-Geral  
das Pescas e Aquicultura

LICENÇA DE PESCADOR APEADO - PESCA À LINHA NO  
PNSACV

REQUERIMENTO

APLICÁVEL A LICENÇA INICIAL E A RENOVACÃO

Portaria nº 115-B/2011 e Despacho nº 7083/2011

**1 - TIPO E ANO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA**

Pretende efectuar o registo e/ou obter licença de pesca para o ano de

INICIAL

☐

RENOVAÇÃO

☐

**2 - IDENTIFICAÇÃO DO PESCADOR APEADO**

Nome

Nº de Registo (\*)

Concelho

Morada

Cod. Postal

Localidade

Telefone

Fax

NIF

e-mail

(\*) se se tratar de renovação da licença

**3 - INFORMAÇÃO PARA ANÁLISE DO REQUERIMENTO**

É tripulante de embarcação local

☐

Apresentou Manifesto de Captura

☐

O Requerente

Data

**DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR**

Manifesto de Captura

☐

Cópia do Rol de Tripulação ou outro documento emitido pela Capitania que comprove que faz parte do mesmo

☐

Comprovativo do Domicílio Fiscal (se não apresentar a inscrição nas Finanças)

☐

Fotocópia do Cartão de Cidadão ou Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte

☐

Comprovativo de Inscrição nas Finanças na actividade da pesca (pode ser entregue depois da comunicação pela DGPA de que existe vaga)

☐☐

**RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE APANHADOR DE ANIMAIS  
MARINHOS/PESCADOR APEADO**

### REQUERIMIENTO

APLICÁVEL A REQUERENTES ACTUALMENTE LICENCIADOS

Dec. Reg nº 43/87, na redacção dada pelo Dec.Reg, nº 7/2000 e Despacho nº 14694/2003

**1 - ANO CIVIL PARA A CONCESSÃO DA LICENÇA**

Pretende renovar a licença de pesca para o ano de

## 2 - IDENTIFICAÇÃO DO APANHADOR DE ANIMAIS MARINHOS OU PESCADOR APEADO

Nome			
Nº de Registo		Capitania	
Morada			
Cod. Postal		-	
	Localidade		
Telefone		Fax	
		NIF	
e-mail			

### 3 - RENOVACÃO DA LICENÇA

Pretende renovar a licença com as mesmas artes ou utensílios, períodos e áreas do ano anterior

**A renovação da licença inclui a apanha de percebe na Reserva Natural das Berlengas ou no PNSACV**

**Se pretende ser licenciado apenas para algumas das artes ou períodos ou áreas preencha a tabela seguinte:**

[illegible]

(X) Deve especificar as zonas de águas interiores (ex: Rio Tejo, Ria de Aveiro) da área de jurisdição da Capitania de residência ou adjacentes para onde pretende ser licenciado. PARA 2012 DEVE PREENCHER SE, PARA 2011, DISPÕE DE LICENÇA PARA ÁGUAS INTERIORES NÃO MARÍTIMAS

**O Requerente**

## Data

**DOCUMENTAÇÃO A ANEXAR**

**Comprovativo da actividade:**

- Declaração da DOCAPESCA
- A ser verificada através dos dados disponíveis na DGPA dos valores de venda em lota no Continente
- Cópia do último IRS
- Não foram efectuadas vendas de valor igual ou superior ao mínimo, pelo que se remete justificativo

PEDIDO PARA TRANSMISSÃO DE LICENÇA DE EXPLORAÇÃO DE ESTABELECIMENTOS DE CULTURAS MARINHAS

**Exmo. Senhor  
Director – Geral dos Recursos Marítimos**

Nome: \_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_,

Residência: \_\_\_\_\_,

titular de um estabelecimento de culturas marinhas denominado \_\_\_\_\_, autorizado pela

portaria nº \_\_\_\_\_, localizado em \_\_\_\_\_, Área de Jurisdição da Capitania do

Porto de \_\_\_\_\_, com a área de \_\_\_\_\_ m2, vem, muito respeitosamente, de acordo

com o previsto no Artº 28º do Dec.- Lei nº 14/2000, de 21 de Setembro, solicitar a V.Exa. se digne que lhe seja

autorizada a transmissão da licença de exploração do referido estabelecimento para o nome de

\_\_\_\_\_, Cte. Nº \_\_\_\_\_, residente / Sede em

\_\_\_\_\_, código postal nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, Telefone:

\_\_\_\_\_, que, por sua vez declara aceitar a transmissão solicitada, juntando a Licença de

Utilização do Domínio Hídrico emitida em seu nome.

Pedem deferimento,

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_\_

O transmitente, \_\_\_\_\_

O transmissário, \_\_\_\_\_

## DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE



### Contactos:

Sede: Apartado 282 – Patação – 8001-904 FARO | T. 289 870 700

[www.drapalg.min-agricultura.pt](http://www.drapalg.min-agricultura.pt)

[drapalg@drapalg.min-agricultura.pt](mailto:drapalg@drapalg.min-agricultura.pt)

### NÚCLEO DE PESCAS DE OLHÃO:

Av. 16 de Junho – Ed. IPTM

8700 Olhão Tel. 289 723724

### DELEGAÇÃO DE TAVIRA:

Largo de Santo Amaro

8800-703 Tavira Tel. 281 320050

### DELEGAÇÃO DE PORTIMÃO:

Cabeço do Mocho

8500-313 Portimão Tel. 282 490630